

**Os dois lados da moeda: a censura de imprensa entre a repressão e a legitimação**

Adrianna Cristina Lopes Setemy\*

**Resumo:** Este trabalho irá abordar a censura de imprensa durante o regime militar, diferenciando-se dos demais estudos sobre o tema por contemplar não apenas o aspecto repressivo desse mecanismo, mas também o seu poder de legitimar o regime perante setores da sociedade, que viam a censura de temas morais na imprensa como uma forma de conter a “onda de pornografia e subversão” que ameaçava invadir o Brasil. Iremos revisitar os anos de ditadura, através de documentos secretos produzidos no âmbito do regime e das cartas enviadas por pessoas comuns à DCDP, na tentativa de compreender quais eram os canais de participação e comunicação dos setores conservadores da sociedade com o regime militar no sentido de controlar as crescentes transformações dos padrões comportamentais que vinham se operando na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** censura – imprensa – regime militar

**Abstract:** This work will approach the press censorship during the military regimen, differentiating itself of the other studies on the subject for not only contemplate the repressive aspect of this mechanism, but also its power to legitimize the regimen before sectors of the society, that saw the censorship of moral subjects in the press as a way to contain the "wave of pornography and subversion" that threatened to invade Brazil. We will revisit the dictatorship years, through private documents produced in the scope of the regimen and the letters sent by common people to the DCDP, in the attempt to understand which were the channels of participation and communication of conservative sectors of the society with the military regimen, in the direction of controlling the increasing transformations of the behavior standards that were taking place in the Brazilian society.

**Keywords:** censorship – press – military regimen.

Passada a efervescência dos anos que se seguiram ao processo de abertura política lenta, gradual e segura, momento em que se multiplicaram as memórias de esquerda, as análises que buscavam compreender, das mais diversas perspectivas, as razões do golpe e os tradicionais estudos de História política, hoje podemos perceber esforços no sentido de suprimir alguns tabus que nos impedem de entender a complexidade do regime militar, especialmente no que se refere ao modo como se relacionou com a sociedade civil.

Em dois de seus trabalhos,<sup>1</sup> o historiador Carlos Fico, que vem se dedicando a romper mitos da historiografia do regime militar através da pesquisa nos arquivos recém-abertos da ditadura, focaliza o comportamento político de setores da sociedade civil no período,

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, orientada pelo Professor Carlos Fico.

<sup>1</sup> Me refiro aqui ao artigo “*Prezada Censura*”: cartas ao regime militar e à comunicação. “A ditadura mostra a sua cara: imagens e memórias do período (1964-1985), apresentada no Seminário 40 anos do golpe de 1964.

chamando a atenção para aqueles grupos que não estavam diretamente ligados a questões políticas e as formas como se comunicavam mutuamente com o regime. Entretanto, esses trabalhos apenas nos apontam a urgência de se falar de algo ainda não foi explorado pela pesquisa histórica: a dinâmica das relações entre as “pessoas comuns” e o regime militar.

Neste trabalho pretendemos penetrar um pouco melhor no universo mental dessas pessoas, buscar nos seus sistemas de representações o que havia de comum entre os seus modos de pensar, e assim trazer à tona os mecanismos essenciais que comandavam a conduta dessas pessoas em relação ao Estado.

Ao revisitar os anos da ditadura militar, buscando compreender como setores conservadores da sociedade participaram do regime e quais eram os canais de comunicação entre eles, a intenção não é dar início a uma operação de “caça às bruxas”, nem tão pouco enquadrar os personagens em rígidas tipologias simplistas, como “colaboradores” ou “resistentes”, que pouco ou quase nada, têm a ver com suas vidas, possibilidades e preocupações concretas. O objetivo do trabalho é justamente se contrapor à análises maniqueístas que vêem a sociedade como vítimas impotentes diante de um Estado vilão.

Mesmo se tratando de um regime de exceção, que se instalou através de um golpe, legitimou-se a si próprio independentemente do Congresso Nacional, e teve como pilares de sustentação uma vasta gama de instâncias repressivas, seria ingenuidade pensar que a sobrevivência da ditadura militar por mais de duas décadas se deveu única e exclusivamente ao uso da força. Embora a maior parte da historiografia dedicada ao regime militar priorize suas dimensões repressivas e os efeitos dilacerantes que tiveram sobre a sociedade, é preciso deixar de lado essa visão dicotômica que separa lados de uma mesma moeda, e partir para uma análise que veja a relação entre Estado e sociedade como uma via de mão dupla.<sup>2</sup>

É nesse sentido que o texto irá tratar da censura de imprensa durante o regime militar, numa abordagem que se diferencia das demais obras que vêm tratando do tema,<sup>3</sup> exatamente por contemplar não apenas o aspecto repressivo dessa prática, mas também o seu poder de legitimar o regime perante setores da sociedade que viam a censura como uma forma de conter a “onda de pornografia e subversão” que ameaçava invadir o Brasil.

Entretanto, é preciso estabelecer desde já que a censura de imprensa, ao longo do regime militar, foi uma prática que variou tanto no que diz respeito à sua sistematicidade

---

<sup>3</sup> Dentre estas obras destaco: *Cães de Guarda*. Jornalista e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. de Beatriz Kushnir; *Censura, Imprensa, Estado autoritário* (1968-1978), de Maria Aparecida de Aquino, *Acordo Forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*, de Anne Marie Smith; e *A censura política na imprensa brasileira* (1968-1978), de Paolo Marconi.

como à sua intensidade,<sup>4</sup> mas que independente disso se caracterizou como mecanismo de controle social composto por duas dimensões distintas, porém intrínsecas: uma dimensão saneadora e uma dimensão pedagógica.

Estas duas dimensões coexistiram ao longo de todo o regime, tornando-se uma mais evidente que a outra de acordo com os interesses mais prementes de cada momento.

A dimensão saneadora, como a própria expressão sugere, ganhava relevo em ocasiões nas quais, para a manutenção da ordem social e política do país, o regime sentia a necessidade de adotar medidas de exceção para eliminar dos meios de comunicação alguns temas contrários aos interesses do governo, mais freqüentes, portanto, nos períodos de maior repressão política.<sup>5</sup> Um bom exemplo disso são as listas de proibições determinadas, emitidas pelo Ministério da Justiça a partir de solicitações de outros ministros ou membros do alto escalão do governo, contendo os temas que não poderiam ser divulgados pela imprensa (Ofício n. 002/73 – SIGAB/DG, de 16 de janeiro de 1973). A circulação destas listas era restrita ao âmbito do governo e a sua notificação aos órgãos de imprensa era feita através de “bilhetinhos” e telefonemas às redações (Normas para a censura aos meios de comunicação social, 1972). Os temas preferenciais sobre os quais se aplicava a dimensão saneadora da censura eram os relacionados à política, cujas restrições deveriam ser feitas de forma disfarçada e negada para que não afetassem a imagem do governo, que se intitulava defensor da democracia, das garantias constitucionais e da liberdade de expressão.

Já a dimensão pedagógica da censura era aplicada no sentido de direcionar a maneira como alguns temas deveriam ser tratados pela imprensa, assumindo muito mais um caráter educativo do que proibitivo. Isso ia ao encontro da idéia que os militares tinham da sociedade, como ingênua, despreparada e, portanto, facilmente corruptível por “ideologias extravagantes”, que pretendiam se infiltrar por meio do ataque subliminar às suas bases morais e familiares, sendo a imprensa uma de suas principais portas de entrada. Diante disso, caberia ao Estado a tarefa de defender a sociedade “indefesa” diante de qualquer ameaça à moral e aos bons costumes. Nesse aspecto, a censura contava com apoio efetivo de vastas parcelas da sociedade, especialmente diante das transformações ético-morais que marcaram os anos de 1960 e 1970, vistas pelos conservadores como uma ameaça à instituição da família e do casamento. Pílula anticoncepcional, divórcio, revolução sexual, drogas, emancipação feminina, eram temas bastante em voga naquela conjuntura, tanto nas páginas da imprensa

---

<sup>5</sup> FICO, Carlos. A ditadura mostra a sua cara: imagens e memórias do período. 1964-1985. Disponível em: [www.history.umd.edu/HistoryCenter/2004-05/conf/Brazil64/papers/cficoport.pdf](http://www.history.umd.edu/HistoryCenter/2004-05/conf/Brazil64/papers/cficoport.pdf), p. 28.

como em documentos secretos que circulavam entre as instancias do regime militar. Além disso, se por um lado a dimensão saneadora da censura era ocultada da sociedade, por outro a censura de caráter pedagógico era orgulhosamente assumida pelo regime, ao qual cabia o papel de construir uma nova sociedade, uma nova democracia, com base nos valores tradicionais e da família, indispensáveis para a constituição de um Estado forte e em ordem.

A distinção destas duas dimensões é fundamental, já que nos permite perceber que a sociedade assumia uma postura dupla em relação ao regime militar, pois tanto se sentia afrontada em suas garantias constitucionais quando, por exemplo, o Estado restringia a circulação de temas políticos pela imprensa, como também demandava que este Estado estivesse pronto a agir efetivamente, mesmo através de medidas de exceção, quando se tratava de defender a moral e os bons costumes.

Apesar das aparentes contradições, as atitudes dessas pessoas comuns estavam inteiramente de acordo com o seu universo mental, seus códigos culturais e com as suas representações dos anos de 1960 e 1970, pois, mesmo vivendo sob a tutela de um regime militar autoritário e conservador, o Brasil não deixou de conhecer e experimentar os novos padrões de comportamento da juventude, o clima de relaxamento sexual e a crise na relação entre os sexos e as gerações, que, não raras vezes, se chocaram com a tradição moral cristã fortemente enraizada na sociedade brasileira. Assim, parece-nos mais fecundo pensar estas experiências em termos de ambivalência do que em termos de ambigüidade, pois nos permitirá conhecer a maneira multiforme pela qual a sociedade se relacionava com o regime, sem nos prendermos a tipologias reducionistas que não nos fornecerão mais que imagens parciais do que foi vivenciado pelos contemporâneos.<sup>6</sup>

Mas antes disso, é preciso retomar a questão relativa aos usos que o regime militar fez da censura, não apenas como instrumento repressivo, mas também como uma estratégia através da qual buscou manter ou ampliar a base de apoio que desfrutava entre diversos setores sociais.

---

<sup>6</sup> O conceito de “pensamento duplo” e “ambivalência” foram elaborados pelo historiador francês Pierre Laborie, com o intuito de compreender a sociedade francesa sob o regime de Vichy fora das fronteiras rígidas de conceitos como “colaboradores” ou “resistentes”. Entretanto, serão aplicados neste texto como um valioso instrumental teórico para compreender a dinâmica das relações entre sociedade e regime militar nos anos de 1960 e 1970. Ver LABORIE, Pierre. *Les Français des années troubles*. De la guerre d’Espagne à la Liberation. Paris: Seuil, 2003.

## 1. Repressão e Legitimação: as duas faces de uma mesma moeda.

Os documentos que compõem o fundo DSI/MJ<sup>7</sup> não deixam dúvidas quanto à intenção dos sucessivos governos militares de regulamentar e institucionalizar a censura, tanto de diversões públicas como de imprensa. Entretanto, deles emerge também a preocupação do regime com que a censura de temas políticos na imprensa fosse feita de maneira efetiva e sistemática, porém, velada (Ofício n. 002/73 – SIGAB/DG, de 16 de janeiro de 1973.), já que poderia comprometer a imagem do governo por seu aspecto proibitivo, não condizente com as garantias constitucionais de regimes democráticos.

Além da sua função repressiva, a censura de imprensa consistiu em um importante instrumento de legitimação do regime perante parte da sociedade que se sentia ameaçada pelas transformações comportamentais que marcaram as décadas de 1960 e 1970, e que apelava ao Estado para que intervisse em defesa da tradição moral cristã da sociedade brasileira.

Mesmo antes do golpe de 64, as “Marchas da Família, com Deus pela Liberdade”, majoritariamente conduzidas por mulheres da classe média, se traduziram em importantes atos de defesa “intransigente” de valores morais rigorosos, que estavam sendo colocados em jogo tanto pela ameaça comunista representada na figura de João Goulart, como pelas transformações que se operavam nos padrões comportamentais, especialmente no que se referia à sexualidade feminina. Passado o golpe, essas mesmas mulheres, as chamadas “marchadeiras”, deram continuidade à sua “cruzada” em defesa da moral e dos bons costumes, tendo em mente salvar a sociedade brasileira dos abusos das novelas, filmes, música e imprensa (FICO, 2004: 35-36).

As ações desses personagens estavam amparadas em valores morais fortemente enraizados no imaginário brasileiro e podem ser explicadas a partir de uma cultura política anticomunista, que informava a maneira como essas pessoas viam as transformações em curso nos anos de 1960 e 1970, e que teve grande força enquanto elemento determinante do comportamento político de setores sociais conservadores.

Fundamentada nas vertentes mais conservadoras da Doutrina Católica, a cultura política anticomunista no Brasil teve como marco fundador o Levante de 1935, cujos

---

<sup>7</sup> As Divisões de Segurança e Informações foram implantadas nos Ministérios Cíveis em 1967, no intuito de compor uma abrangente e operante rede de espionagem. Estas repartições públicas se diferenciavam das demais pela presença de militares, por sua “ânsia persecutória” de base anticomunista e pelo cuidado com as normas de sigilo. Para fins da minha pesquisa de dissertação, venho pesquisando o fundo documental da Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça, que se encontra na sede do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro.

acontecimentos foram apropriados e utilizados para consolidar no imaginário brasileiro as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo. Assim, o episódio da “Intentona Comunista” teria sofrido um processo de mitificação à medida que foi sendo reproduzido ao longo das décadas seguintes, com base em imagens e argumentos fortes como violência, traição, covardia e imoralidade.

A paulatina elaboração e transmissão dessas representações levou à consolidação, nos anos 60, do que acima me refiro como uma cultura política anticomunista, que se alimentava tanto dos mitos transmitidos e interiorizados por gerações desde o Levante de 35, como pela disputa ideológica que caracterizou o cenário da guerra fria, dividindo o mundo entre capitalistas e socialistas.

Assim, o medo que alguns setores conservadores compartilhavam de que a sociedade se desintegrasse a partir da infiltração de “ideologias exóticas” e contrárias aos nossos preceitos morais, já existia muito antes do golpe de 64. O que havia mudado foi que no contexto do regime militar aqueles valores e temores se tornaram questão de segurança nacional.

Dessa forma, a “revolução comportamental” dos anos 1960 e 1970 se tornou alvo das atenções do regime e certamente influenciou na elaboração de normas e procedimentos que visavam regulamentar a censura de imprensa, pelo menos no que se referia à abordagem de temas considerados permissivos à moralidade.

Portanto, ao contrário de algumas teses que vêem na vigilância à moral e aos bons costumes apenas uma estratégia do regime para encobrir uma censura que, na realidade, estaria voltada apenas para temas políticos (KUSHNIR, 2004: 77), percebemos, a partir da pesquisa de documentos secretos produzidos pelo governo,<sup>8</sup> que havia um interesse por parte dele em controlar tanto a circulação de temas políticos como também de temas comportamentais, sendo que para os primeiros isso era feito de forma envergonhada e velada e para os outros de forma orgulhosamente assumida.

Em contrapartida, o estudo de cartas enviadas por pessoas comuns à DCDP nos permite apreender formas mais abertas de participação popular no regime, não limitada apenas a movimentos formalmente políticos, mas que traduzem as formas específicas de expressão política das pessoas comuns.

---

<sup>8</sup> Estes documentos fazem parte do fundo documental DSI/MJ, que se encontra na sede do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro.

## 2- Cidadãos ativos: a sociedade fala à censura

Quem eram as pessoas que escreviam para o regime militar? O que as motivava? Qual era o objetivo desses missivistas? Partindo destas perguntas, pretendo fazer aqui algumas reflexões acerca das cartas que foram apresentadas por Carlos Fico no artigo, “*Prezada censura*”: cartas ao regime militar. Um bom ponto de partida seria pensar, na cultura política brasileira, de que maneira esses missivistas se colocavam em relação ao Estado e qual o papel que esse Estado assumia na vida daquelas pessoas.

O que se percebe é que o Estado aparece nessas cartas como algo a que se recorre no intuito de resolver, a partir da esfera pública, problemas da esfera privada. Algo semelhante ao que José Murilo de Carvalho chama de “Estadania”, que é a busca de participação política ou de atendimento a demandas através das estruturas burocráticas do Estado, e não da formação de grupos organizados em torno de interesses comuns.<sup>9</sup> Nessa lógica, caberia ao Estado, por exemplo, cuidar para que a juventude não sofresse a influência malévola da “subversão” e da pornografia expostas nas bancas de revistas. Ou ainda, pode-se dizer que o Estado é chamado a intervir no lar, impedindo assim que a estrutura familiar desmoronasse ou tivesse a honra ameaçada diante dos novos padrões comportamentais que se difundiam pela sociedade.

Além disso, vistas em conjunto, as cartas revelam que entre os missivistas havia a convicção comum de que a defesa da moral e dos bons costumes consistia em um domínio legítimo da ação do Estado, o qual deveria lançar mão de políticas públicas (no caso, a censura) em defesa da moralidade no país e nos lares. (Além de engraçadíssimo, é ilustrativo o caso da carta em que um senhor se queixava ao Estado do choque sofrido por “sua senhora” ao se deparar com enorme quantidade de material pornográfico, pertencente a um menino que deixava de comprar o lanche na escola para adquirir as revistas e exibi-las às meninas) (FICO, 2002: 16).

Quanto aos missivistas, como observou Carlos Fico, eram em sua maioria homens, vindo em segundo lugar diversas entidades, como associações cívicas, clubes de serviços e as empresas atingidas pela censura, e só em terceiro lugar as cartas enviadas por mulheres individualmente. Em boa parte dessas cartas percebe-se uma mescla de formalismo e linguajar

---

<sup>9</sup> Ver CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 50; e Idem. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

popular na forma como os missivistas se dirigiam ao poder público, sendo um bom exemplo o do remetente que se identificou à “Sra. Solange”, diretora da DCDP eternizada na canção de Leo Jayme, como sendo parte do “Zé Povinho” (IDEM: 20).

As cartas eram em geral motivadas por reações à exibição de material considerado pernicioso à moral, especialmente aqueles que abordavam questões relacionadas à sexualidade, tanto na TV, como nos filmes, peças de teatro, letras de músicas ou em matérias de periódicos. Portanto, as cartas funcionavam como um canal de comunicação entre a sociedade e o Estado, através das quais podiam expor suas demandas e reclamações: fosse por mais censura, por um maior rigor e agilidade do Estado no controle dos meios de comunicação social, ou, em raríssimos casos, protestar contra as interdições da DCDP. Além disso, de suas linhas emerge a excessiva dependência em relação ao Estado como regulador das atividades sociais, útil e necessário ao bem estar comum, mas que em alguns momentos claudicava, sendo necessário, portanto, queixar-se. Através do envio de cartas, geralmente remetidas ao presidente, o que os missivistas desejavam não era opinar em suas decisões ou solicitar maior participação na esfera de poder, mas exigir que o Estado cumprisse com suas legítimas obrigações e apresentasse resultados rápidos e concretos à sociedade (IDEM: 21).

Finalmente, a riqueza das cartas não está no fato de serem ou não uma evidência de que a sociedade colaborou com o regime, mas no fato de nos colocar em contato com o universo mental daqueles que escreviam à censura, e que entendiam essa prática como uma forma de exercer seu papel de cidadão em meio às tantas restrições políticas do regime de exceção em que vivia o Brasil.

Por mais sutis que fossem os canais de comunicação da sociedade com o regime militar e as suas formas de expressão política, já é tempo de deixarmos de lado as incessantes gagueiras que nos impedem de falar como a sociedade e o regime militar trilharam um caminho que lhe permitiu atravessar seus 21 anos de vigência.

### **Fontes Primárias:**

*Normas para a censura aos meios de comunicação social.* Fundo: DSI/MJ, Código do Fundo: TT, Seção de Guarda: CODES, Documentos avulsos (10), Caixa n. 08/4674, [1972].

Ofício n. 002/73 – SIGAB/DG, de 16 de janeiro de 1973. *Encaminha expediente que indica as atividades do DPF executadas no campo da censura aos órgãos de comunicação social a partir de agosto de 1971.* Fundo: DSI/MJ, Código do Fundo: TT, Seção de Guarda: SDE, Caixa n. 592, documento n. 50756.



Ofício n. 002/73 – SIGAB/DG, de 16 de janeiro de 1973. *Encaminha expediente que indica as atividades do DPF executadas no campo da censura aos órgãos de comunicação social a partir de agosto de 1971*. Fundo: DSI/MJ, Código do Fundo: TT, Seção de Guarda: SDE, Caixa n. 592, documento n. 50756.

### Referências bibliográficas:

GELLATELY, Robert. *No solo Hitler: La Alemanha Nazi entre la coación y el consenso*; e Peter Reiches, *La fascinación del nazismo*. Barcelona: Crítica, 2005.

REICHEL, Peter., *La fascinación del nazismo*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1993.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar - espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. *Topoi - Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 251-286, 2002.

\_\_\_\_\_. A ditadura mostra a sua cara: imagens e memórias do período. 1964-1985. Disponível em: [www.history.umd.edu/HistoryCenter/2004-05/conf/Brazil64/papers/cficoport.pdf](http://www.history.umd.edu/HistoryCenter/2004-05/conf/Brazil64/papers/cficoport.pdf).

ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy. De 1944 à nos jours*. 2 ed. Paris: Seuil, 1990.

LABORIE, Pierre. *Les Français des années troubles. De la guerre d'Espagne à la libération*. Paris: Seuil, 2003.

BERSTEIN, Serge. L'historien et la culture politique. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n. 35, 1992, p. 67-77.

\_\_\_\_\_. Cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre e SIRINELLI, J. F. (dir.). *Para uma História cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917 - 1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. O anticomunismo militar. In: 1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura Militar e resistência no Brasil, 2004, Rio de Janeiro. *Anais do Seminário*. Rio e Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 290-305.

VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

AQUINO, M. A. . *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência - O Estado de S. Paulo e Movimento*. 1. ed. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978*. São Paulo: Global, 1980.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedades: as reconstruções da memória. In: 1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura Militar e resistência no Brasil, 2004, Rio de Janeiro. *Anais do Seminário*. Rio e Janeiro: 7 Letras, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.